



ACÓRDÃO Nº 597/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11409/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Rio Preto da Eva.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Francisco Batista da Silva – Presidente da Câmara Municipal do Rio Preto da Eva.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Complementar nº 1879/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.589/591).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Batista da Silva**, Presidente e Ordenador de Despesas, responsável pela Câmara de Rio Preto da Eva/AM, no exercício de 2015, na forma do art. 22, inciso III, alíneas b e c c/c art. 25, todos da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, considerando as ocorrências das restrições elencadas na Fundamentação do Relatório/Voto e não sanadas;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Francisco Batista da Silva** no valor de R\$ 24.508,58 (vinte e quatro mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e oito centavos), nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução n. 04/2002-Regimento Interno do TCE, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva pelo ato ilegal apontado no item 9, transcrito na fundamentação do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, comunicando ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, e expirado o prazo estabelecido, deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido



ACÓRDÃO Nº 597/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Batista da Silva** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/02, em face das restrições 2, 3, 4, 5, 12, 13, 14, 16a e 16b não sanadas, transcritas na Fundamentação do Relatório/Voto, considerando os atos praticados com grave infração à norma legal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55 da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, parágrafo 3o. da Resolução n. 04/02-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Batista da Silva** no valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, IV, “b” da Resolução n. 4/2002, em face das restrições 1, 8 e 9, transcritas na Fundamentação do Relatório/Voto, considerando a reincidência no descumprimento de determinação desta Corte de Contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55 da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, parágrafo 3o. da Resolução n. 04/02-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.5. Determinar** a Câmara Municipal de Rio Preto da Eva que cumpra as determinações e recomendações esposadas nas manifestações das unidades técnicas, cujas cópias devem ser remetidas.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017.



ACÓRDÃO Nº 597/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral